

## nos pequenos acordos

**LUIZ CARLOS LISBOA**

A reunião de líderes partidários com o presidente da Câmara dos Deputados, na última quarta-feira, selou um acordo que garante a convocação da Constituinte nos termos da emenda do presidente Sarney. A assembléia que vai redigir a Nova Constituição será congressual, e não especialmente eleita para isso. Uma outra reunião, com os mesmos líderes e no mesmo lugar, vai decidir nos próximos dias sobre os prazos de desincompatibilização, a reincorporação de militares cassados e a criação de uma comissão encarregada de legislar ordinariamente enquanto os parlamentares elaborarem a nova Carta. Foram rejeitadas no encontro as teses da Constituinte exclusiva, do delegado constituinte e da desvinculação de votos em novembro do próximo ano.

Ao contrário do que afirmam os líderes do PDT e do PT, para quem essas reuniões que antecedem as votações decisivas no Congresso são "montagem de encenação" e "farsa que contraria as aspirações populares", os encontros de lideranças são tradicionais nas democracias parlamentares e aqui no Brasil representam uma tentativa de coordenar idéias e iniciativas na assustadora selva de personalismo que vem caracterizando a prática política entre nós. O que o líder do PDT chamou de "fosso entre a sociedade civil e o Congresso", de fato existe e não é novidade para ninguém, mas a remoção ou a atenuação do clima de Babel que precede toda decisão importante do Legislativo brasileiro — como ocorreu nesse encontro fora das paredes do Congresso, em que arestas foram aparadas e idéias postas no lugar — contribui seguramente para aproximar eleitos e eleitores, na medida em que os segundos testemunham o desejo de atuar eficazmente, da parte dos primeiros.

O que para alguns parece um devaneio tradicionalista, para a esmagadora maioria da Nação é um desejo consciente e meridiano. A ordem (que está na Bandeira certamente como meta a ser atingida, não como princípio adotado) é uma aspiração da sociedade civil brasileira, e não será preciso pedir uma pesquisa de opinião às empresas especializadas para ter a confirmação disso. Basta olhar, ouvir e sentir. O povo sabe que a liberdade possível é melhor que qualquer paraíso social com repressão. E a ordem que se deseja ver no meio político e administrativo nacional não é a da calma e do sono, mas a do trabalho e do progresso (que também está na Bandeira, embora substituído por sinônimos mais na moda). A reunião de lideranças — não importa se ela acontece em alguma sala do Congresso, ou na casa do dr. Ulysses Guimarães, em acolhedor almoço — é uma forma de ordenação lógica do que está disperso e mal compreendido. Esse movimento para exorcizar o caos habitual é digno de apreço e atenção, num país sem nenhuma inclinação natural para a metodologia. O povo, no entanto, pela voz do sangue que é o inconsciente coletivo, sonha com a clareza e a eficácia daqueles que o governam e representam.

O chamado "fosso entre a socie-

dade civil e o Congresso" foi cavado ao longo de demoradas décadas, num espaço democrático maior ou menor, pelo personalismo, pelo emocionalismo, pelo bacharelismo, pelo pouco-caso de multíssimos representantes da classe política, que cuidaram diligentemente de projetar uma imagem que se tornou paradigmática do homem público — alguém capaz de todas as contorções para conseguir seus fins pessoais, sem nenhum traço de desapego ou generosidade. O político, no Brasil, é personagem folclórico de conotação negativa, e basta ouvir a opinião dos simples, e até das crianças, no interior ou nas cidades, para saber até que ponto esse conceito está enraizado. A suavidade e a complacência do homem comum brasileiro não permitiram que o desencanto chegasse à indignação, e que a anedota virasse escárnio e agressão — mas é de temer que isso aconteça um dia.

As decisões concertadas na reunião das lideranças representam um começo de definição, um delineamento necessário de campos, um esboço do que se quer em escala maior, na vida política brasileira. A idéia da realização de uma Constituinte autônoma pairou no espírito de alguns homens públicos, recentemente, e o que foi um alvitre logo se viu transformado em tema de pressão pelos radicais de nascença. Divisões como essa se produziram aos milhares em nossa história política e consumiram energia preciosa que podia ser dirigida para questões mais urgentes, além de ter desperdiçado tempo e seriedade de muita gente. Os temas que continuam em pauta para um próximo encontro ordenador são daqueles que podem ser facilmente conturbados por meia dúzia de intervenções apaixonadas. O debate é normal e às vezes é salutar — não é preciso que alguém evoque o bom senso e o lugar-comum —, mas é necessário evitar que ele se torne um rito de passagem, uma porta obrigatória, uma ginástica masoquista que se faz para manter a forma democrática.

As questões que serão entendidas agora não têm importância menor do que aquelas que ficaram assentadas para a votação da próxima semana no Congresso. Os prazos de desincompatibilização, a reincorporação dos militares cassados e a criação da comissão que vai legislar ordinariamente durante a Constituinte são assuntos que dispensam paixões e denúncias, embora elas possam irromper em grande número. Os prazos não devem ser usados para evitar a concorrência dos que pretendem disputar votos com os atuais congressistas, porque isso seria imoral. A volta dos militares cassados pode ser feita sem o triunfalismo dos que desejam de fato um revide, além do que a recuperação pretendida de todos os direitos seria materialmente impossível. Quanto à comissão para legislar no dia-a-dia, essa talvez seja uma decisão que a própria Constituinte deva tomar, com todos os poderes de que disporá. No mais, é esperar que a ordem interior dos líderes e homens públicos possa refletir-se na ordem exterior, isto é, no País, sem que seja vislumbrada como um sinal de fraqueza, como farsa ou montagem política. Assim seja.